

## ATA 08/2019

Aos 16 dias do mês de Dezembro de 2019 as 14:00h estiveram reunidos nas dependências da Colombo Previdência os membros do Comitê de Investimentos presidida pelo Sr. Giovanni Corletto Secretariado pelo Sr. João Magno e contando com a presença dos membros Sr Eliseu Ribeiro. Tendo justificada a ausência da Srta Elaine Scantamburlo e Joelcio Madureira por questões de trabalho. Presidente deu como aberta a reunião e solicitou a leitura da ata anterior de nº 07/2019 a qual foi lida e aprovado pela unanimidade dos presentes. Próximo ponto abordado foi a Carteira de Outubro e Novembro, sendo que o retorno no mês de Outubro ficou em 1,31% contra 0,45% da meta. Ficando o acumulado do ano em 9,88% contra 7,75% da meta. Já a carteira de Novembro apresentou um retorno de -0,38%, contra 0,98% da meta, ficando o acumulado do ano em 9,47%, contra 8,80 da meta. Próximo seria análise de investimentos e alocações, porem para esse mês não foi levado a pauta nenhum novo possível investimento, já em relação ao cenário atual, segundo análise da consultoria no tocante a Europa O banco central europeu (BCE, na sigla em inglês) decidiu manter sua política monetária inalterada no encerramento da à última reunião sob o comando do italiano Mario Draghi, que será sucedido na presidência da instituição por Christine Lagarde em 1º de novembro. Como já era previsto, o BCE manteve a taxa de refinanciamento em 0% e a de depósito em -0,50%, bem como confirmou que retomará seu programa de relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês), através do qual comprará 20 bilhões de euros em ativos mensalmente a partir de 1º novembro. No comunicado pós-reunião, a instituição indicou que os juros continuarão em patamar baixo pelo tempo necessário para que a inflação convirja para o centro da meta estabelecida, de algo próximo a 2% ao ano, bem como o QE será mantido sem prazo estabelecido. Em relação à inflação, a agência Eurostat divulgou que os preços nos 19 países da zona do euro recuaram de 0,2% em setembro para 0,1% em outubro. Na comparação com outubro de 2018, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) teve alta de 0,7%. O baixo nível da inflação na região permanece sendo o maior dos problemas para BCE, apesar dos juros negativos e de anos de estímulos não convencionais, como a compra de ativos. Conforme informou a agência IHS Markit, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto da zona do euro, que engloba os setores industrial e de serviços, subiu de 50,1 em setembro para 50,6 em outubro, mostrando que a atividade no bloco se expandiu em ritmo um pouco mais forte no último mês após ficar próximo da estagnação. Apenas o PMI de serviços da zona do euro aumentou de 51,6 em para 52,2 em outubro. Leituras acima de 50 pontos sugerem expansão da atividade, enquanto valores menores apontam contração. Quanto ao mercado de trabalho, conforme a agência Eurostat, a taxa de desemprego na zona do euro ficou em 7,5% em setembro, ante resultado revisado de agosto também de 7,5% recuou em agosto a 7,4%, registrando em 12,3 milhões o número de pessoas sem trabalho. Já nos EUA Destaque para a reunião do Comitê de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) do Federal Reserve (FED, na sigla em inglês), que decidiu reduzir a taxa básica de juros norte-americana em 0,25 pontos base, para o intervalo de 1,50% a 1,75%, a terceira queda do ano. Mesmo que o corte já estivesse precificado pelo mercado, o temor era de que houvesse uma mudança de direção depois da divulgação de indicadores do setor de trabalho e de atividade dos EUA. Após a decisão, o presidente do FED, Jerome Powell, declarou que novos cortes no juro são improváveis enquanto as condições de inflação, emprego e atividade permanecerem nos patamares atuais. Conforme divulgado pelo escritório oficial de estatísticas, o PIB norte-americano cresceu a uma taxa anualizada de 1,9% no terceiro trimestre, uma leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, quando o PIB

expandiu 2,0%, porém acima das previsões levantadas pela agência Reuters, de 1,6%. O número foi puxado pelos gastos dos consumidores e um aumento nas exportações. Conforme informou o Departamento de Trabalho, relatório de empregos não agrícolas (payroll, na sigla em inglês) mostrou uma criação de 128 mil postos de trabalho em outubro, bem acima da mediana das projeções levantadas pela agência Broadcast, de 75 mil postos. A taxa de desemprego ficou estável em 3,6%. A inflação medida pelo índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) recuou frente aos dois primeiros trimestres do ano e registrou taxa anualizada de 1,6% no terceiro trimestre, ante expectativa de ficar em 1,9% de alta. Já o núcleo do PCE, dado que é acompanhado mais de perto pelo FED, aumentou 2,2%, ante projeção de aumentar 2,1%. No tocante a Ásia O PMI do setor industrial da china, medido pela IHS Markit/Caixin, subiu de 51,4 em setembro para 51,7 em outubro, maior leitura registrada desde fevereiro de 2017. As exportações tiveram a maior aceleração desde o início da guerra comercial sino-americana. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) chinês subiu 3,8% em outubro em relação a igual mês do ano passado, comparado com um aumento de 3,0% em setembro, conforme divulgou o Escritório Nacional de Estatísticas (NBS). O índice disparou em outubro ao nível mais alto em mais de sete anos, aquecido por uma elevação contínua dos preços de carne de porco, que saltou 101,3% anualizado em outubro. O comitê de política monetária do Banco Central do Japão (BoJ, na sigla em inglês) decidiu pela manutenção da política monetária expansionista, mantendo a taxa de juros inalterada, em -0,1% no curto prazo e em zero para o rendimento do título de 10 anos. Após a reunião, o presidente do BoJ, Haruhiko Koruda, disse que ainda há espaço para mais redução a fim de evitar que as incertezas globais prejudiquem a economia local. Já o produto interno bruto (PIB) local se expandiu a um ritmo anualizado de 0,2% entre julho e setembro, registrando o quarto trimestre consecutivo de crescimento. Também no Japão, foi divulgado que a inflação ao consumidor registrou mais um mês de desaceleração, caindo em setembro para mínimas em quase dois anos e meio. O índice subiu 0,3% em setembro sobre o ano anterior, mostraram dados do governo, igualando a expectativa e desacelerando ante avanço de 0,5% em agosto depois de subir 0,6% em julho. Já no mercado Nacional em setembro de 2019, a produção industrial variou 0,3% frente a agosto (série com ajuste sazonal). Essa foi a segunda taxa positiva seguida, com acúmulo de 1,5% nesse período. Na comparação com setembro de 2018 (série sem ajuste sazonal), houve alta de 1,1%, interrompendo, assim, três meses de resultados negativos consecutivos: junho (-5,9%), julho (-2,5%) e agosto (-2,1%). Já o setor de serviços recuou em outubro, segundo dados do Markit Economics. O PMI de serviços brasileiro foi a 51,2 em outubro, de 51,8 em setembro. O setor mostrou crescimento da produção pelo quarto mês seguido, já que números acima de 50 indicam crescimento, mas o ritmo foi o mais lento nesse período. A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em setembro, atingindo 12,5 milhões de pessoas, segundo dados divulgados pelo IBGE. A taxa é a mesma registrada nos três meses terminados em agosto. Já o número de desempregados recuou em 100 mil na comparação com o mês anterior: em agosto, eram 12,6 milhões de trabalhadores brasileiros desempregados. O FMI revisou as projeções de crescimento para o Brasil e elevou a projeção do PIB em 2019, de 0,8% estimado em julho para 0,9% em outubro. Para 2020, no entanto, a previsão de crescimento passou de 2,4% para 2,0%. Recentes indicadores de produção e consumo tem indicado uma melhora na margem, apoiados em um cenário de inflação baixa, crescimento maior dos salários e melhora nas condições de liquidez que sustentarão o consumo privado, enquanto condições financeiras favoráveis, maior confiança na economia e reformas estruturais deverão estimular os investimentos. A autoridade monetária vem fazendo seu papel, com

seguidas reduções no juro básico da economia, indicando que a taxa Selic deverá encerrar este ano em 4,75%. Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor. Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) recomendamos uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07). Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs a alocação agora sugerida é de 10%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela, e, respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial. Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro. Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Pautados pelo exposto e corroborando aquilo já delimitado na última reunião deste comitê, os membros ratificam os percentuais deliberados para a Política de Investimentos para 2020. Assim foi aprovado os limites de alocação estratégica que será levado ao Conselho Deliberativo dessa forma: no segmento de Renda Fixa que possui como limite da resolução até 100,00%, ficou com a seguinte formatação: no Ativo: Art. 7º I b – FI 100% Títulos TN – Limite Inferior (LI) 20,00%, Estratégia Alvo (EA) 37,50% e Limite Superior (LS) 81,00%; Art. 7º IV a – FI de RF – (LI) 10,00%, (EA) 30,00% e (LS) 40,00%; Art. 7º VII a – FIDC – (LI) 0,00%, (EA) 2,50%, (LS) 5,00; Art. 7º VII c – FI Debêntures Infraestrutura – (LI) 0,00%, (EA) 0,00% e (LS) 5,00%. Fechando em (LI) 30,00%, (EA) 70,00% e (LS) 216,00%. Já na Renda Variável que possui como limite da resolução 30,00%, ficou com a seguinte formatação: no ativo: Art. 8º I a – FI Renda Variável, (LI) 0,00%, (EA) 0,00% e (LS) 5,00%; Art. 8º I b – FI Índices Ref RV – (LI) 0,00%, (EA) 0,00% e (LS) 5,00%; Art. 8º II a – FI Ações, (LI) 7,00%, (EA) 15,00% e (LS) 20,00%; Art 8º III – FI Multimercado, (LI) 0,00%, (EA) 5,00% e (LS) 10,00%; Art 8º IV a – FI em Participações, (LI) 0,00%, (EA) 5,00% e (LS) 5,00; Art 8º IV c – Ações Mercado de Acesso, (LI) 0,00%, (EA) 0,00 e (LS) 5,00%. Fechando em (LI) 7,00%, (EA) 30,00% e (LS) 55,00%. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:10h sendo essa ata lavrada por mim João Magno e assinada pelos demais.